BOLETIM SINTUNESP – 30/11/2010

Equiparação com a USP e a Unicamp

Reitor frustra negociação e anuncia que ainda não tem proposta

Diretores do Sintunesp foram recebidos pelo reitor, professor Herman Voorwald, na manhã desta terça-feira, dia 30/11, para discutir a implementação da proposta de equiparação salarial dos servidores da Unesp aos da USP e da Unicamp. A proposta foi elaborada pelo Grupo de Reestruturação do Plano de Carreira, encarregado de estudar o assunto, do qual fizeram parte os diretores do Sintunesp Alberto de Souza e Wagner Alexandre.

O principal aspecto da proposta foi a preocupação com a preservação da carreira dos servidores que fazem jus às promoções decorrentes de sua evolução funcional (2000, 2002, 2003 e 2004, bem como aquela referente à escolaridade, a partir de 2008), de modo a adequá-las aos efeitos da equiparação.

Embora houvesse se comprometido a dar uma resposta sobre a implantação da proposta uma semana após recebê-la do Grupo, o reitor só se reuniu com o Sindicato um mês depois, em 30/11. Ainda assim, após toda essa demora, limitou-se a dizer que ainda não tem um estudo conclusivo sobre a proposta, ou seja, terá que ver todo o impacto sobre gastos com pessoal no Orçamento da Universidade. Segundo o reitor, o estudo deverá ser concluído até fevereiro de 2011, quando ele receberá novamente o Sintunesp.

Os diretores da entidade protestaram diante dessa informação e lembraram o reitor que a categoria aguarda a implantação com ansiedade, uma vez que a proposta partiu da própria reitoria, ao final da greve.

O Sintunesp insistiu que a proposta seja implantada o mais breve possível, em sua totalidade, de modo a reparar a grande injustiça que significa o fato de ganharmos menos que os servidores da USP e da Unicamp.

Mobilização

Nada indica que a reitoria cumprirá sua palavra sem que a categoria pressione por isso. O Sintunesp orienta os servidores a se prepararem para a mobilização. No início do ano, a entidade convocará assembleias e/ou reuniões para discutir e deliberar sobre o assunto. Fique atento!

A íntegra da proposta do Grupo de Reestruturação do Plano de Carreira, com comparações e tabelas, está disponível na Internet (www.sintunesp.org.br).

Pauta específica

Na reunião de 30/11, o Sintunesp voltou a cobrar a resposta da reitoria ao restante da Pauta Específica 2010 dos servidores. Foram discutidos os seguintes pontos

- Vale transporte: A reivindicação é que seja pago para todos os servidores, sem teto. O reitor disse que iria solicitar um estudo à Assessoria de Planejamento e Orçamento (APLO) e que daria retorno ao Sindicato.
- Auxílio Creche: A reivindicação é que o valor seja de R\$ 350,00 e pago a todos os que fizerem jus, sem teto. Da mesma forma que o vale transporte, o reitor disse que iria pedir um estudo à APLO antes de dar retorno.
- Gratificação para as secretárias dos Conselhos de Curso: O Sindicato lembrou ao reitor que, embora executem exatamente as mesmas funções que cabem às secretárias de Departamento, as secretárias dos Conselhos de Curso dos campi experimentais não recebem a mesma gratificação. O professor Herman disse que, pessoalmente, era de opinião que esse problema deva ser corrigido. Porém, disse que o Sintunesp deve levar o assunto ao pró-reitor de Administração, Ricardo Samih Georges Abi Rached, para ser encaminhado ao CADE. O Sindicato vai fazê-lo.

- ADP e licença-gestante: Em 2009, por intervenção do Sindicato, a Universidade corrigiu a injustiça que havia sido cometida contra as servidoras que gozaram da licença-gestante e que, por isso, haviam sido prejudicadas na Avaliação de Desempenho daquele ano. Para surpresa da entidade, o problema voltou a acontecer em 2010. Na reunião com o reitor, em 30/11, o Sintunesp cobrou uma solução. Da mesma forma que no item anterior, o professor Herman orientou o Sindicato a resolver a questão com o pró-reitor de Administração, Ricardo Samih Georges Abi Rached. Mas adiantou que, da parte dele, reconhece a injustiça.
- Precatórios: O Sintunesp solicitou esclarecimentos à reitoria da Unesp sobre a situação do pagamento de precatórios na instituição. Na negociação específica realizada no dia 5 de julho, a informação era que estava previsto o pagamento dos precatórios ainda em 2010 (a ser negociado com os advogados), com valor em torno de 30 milhões de reais. No entanto, com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal (CF) e também acrescentou o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT, houve mudança nas regras de pagamento dos precatórios. O professor Herman informou que a questão está sendo estudada pelo Jurídico da Universidade e que será definida na reunião do CO em fevereiro de 2011.